

Sonhos e pesadelos dos moradores da periferia de Teresina nas décadas de 1960 e 1970¹

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento²

A população de Teresina ainda era pequena e, em 1952, quando a cidade completava o seu primeiro centenário. Essa data preocupava a administração municipal desde o final da década de 1930, quando se deu a publicização de um Código de Posturas. Nesse período, o diretor de obras do município, engenheiro Pires Chaves, considerava que a cidade precisava modernizar-se uma vez que dali a pouco mais de uma década estaria completando um século de fundação. O prefeito da cidade à época, Lindolfo do Rego Monteiro, dizia que a cidade, no dia-a-dia, “reformava a sua fisionomia de maneira delicada e atraente e ao mesmo tempo palpitante na sua maior expressão de progresso.” Essa idéia atravessava as mentes e corações dos administradores municipais e também dos intelectuais que publicavam na imprensa local.

Assim, em 16 de maio de 1939, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Decreto-Lei nº 54, de 3 de abril do mesmo ano, da Prefeitura Municipal de Teresina, com o novo Código de Posturas. Logo nos considerando, é destacado que o Código de Postura que vigia era deficiente, estava defasado e, por ter entrado em vigor em 1905, “[...] era absolutamente antiquado, por não atender mais à situação da Prefeitura da Capital e às exigências modernas da urbanização” (TERESINA, 1939, p.22). Ainda nos considerando, é apontado que esse Código não dava conta de regular as atividades e práticas dos munícipes devido ao rápido crescimento de Teresina e, sendo assim, ao invés de ajudar, embaraçava a vida dos moradores. Existe uma demonstração cabal de que as autoridades estavam preocupadas com o comportamento dos indivíduos. O legislador explicita que “[...] uma nova Codificação de leis municipais, destarte, facilitará a atuação coordenadora imprescindível do Governo da cidade, bem como a conduta dos munícipes, tudo pautado por uma orientação moderna presidida pela observação severa dos fatos” (TERESINA, 1939, p.22).

Chamam a atenção duas passagens aqui destacadas, nas quais se vê a necessidade de justificar que a lei tem como suporte as práticas modernas, provavelmente estabelecidas em outras cidades, daí o desejo de aplicá-las na capital do Piauí. Fica claro também a oposição entre o novo e o velho, sendo que este significa ser antiquado, defasado, provocar o embaraço. O novo, por seu turno, parece significar o crescimento da cidade, o desejo de novas atitudes dos moradores, tudo feito sob o olhar vigilante e fiscalizador do Estado. Tal intervenção,

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

² Universidade Federal do Piauí

segundo o legislador, estava baseada na pesquisa empírica, “presidida pela observação severa dos fatos”.

O olhar vigilante e fiscalizador do governo municipal pode ser observado com mais clareza no Art.55, no qual se estabelece que “[...] todo proprietário de terrenos que, por quaisquer motivos, estejam prejudicando a higiene, à salubridade, à segurança geral ou das propriedades adjacentes, ao asseio e ao embelezamento das vias públicas, fica obrigado à execução ou demolição das obras pela Prefeitura forem julgadas necessárias” (TERESINA, 1939, p.23). Verifica-se que o legislador demonstra conhecer os discursos médico e da engenharia e também as práticas desenvolvidas por administradores como Pereira Passos - que foi prefeito do Rio de Janeiro e orientou a primeira grande reforma dessa cidade, colocando abaixo a maioria dos cortiços da “cidade velha,” agora chamada de Centro.

A idéia da cidade moderna era forte entre os mentores do Código de Posturas de 1939, e um exemplo claro pode ser encontrado nas orientações para a construção na Avenida Frei Serafim, principal artéria da cidade. Ali não era permitida a construção de casas com cobertura de palha, sendo que às existentes foi dado um prazo para que fossem demolidas ou tivessem a cobertura trocada. Também não se permitia a construção de casas de um só pavimento. Essas determinações promoviam a “segregação residencial”, uma vez afastavam os pobres das imediações da avenida

No início da década de 1950, Pedro de Almendra Freitas, governador do estado (1951-1955), cujo governo deveria, pelo menos no nível do discurso, participar da organização da festa do centenário, era da opinião de que a cidade deveria se apresentar melhor, ressaltando que o poder público precisava tomar medidas para transformar as comemorações em um “símbolo do sentimento patriótico de nossa gente.”

Como se pode constatar, há um variado conjunto de discursos sobre a cidade. Acerca disso Sandra Jatahy Pesavento (2003, p.80) destaca que a cidade “é objeto de muitos discursos, a revelar saberes específicos ou modalidades sensíveis e leituras do urbano: discursos médicos, políticos, urbanísticos, históricos, literários, poéticos, policiais, jurídicos, todos a empregarem metáforas para qualificar a cidade.”

No início da década de 1960, o discurso constituído pela elite intelectual e política do Piauí tinha como foco central a pobreza desta unidade da federação. É emblemático o discurso do governador Francisco das Chagas Rodrigues (1959-1963), em mensagem endereçada ao poder Legislativo. Dizia ele que sua primeira preocupação ao assumir o governo foi a de “[...] lutar tenazmente, em todas as frentes, contra o atraso, o pauperismo e a miséria, ou seja, contra o secular subdesenvolvimento piauiense” (PIAUI, 1960, p.7). Não há

sinais de que a capital do Piauí tivesse características diferentes daquelas indicadas pelo governador do Estado, mas é necessário atentar para o lugar de fala do autor do discurso, o qual não pertencia ao grupamento político derrotado na última eleição, não fazia parte dos quadros do partido mais conservador do Estado, o Partido Social Democrático(PSD), embora o Partido Trabalhista Brasileiro(PTB), agremiação ao qual o governador estava filiado, para eleger o governador, tivesse feito aliança com a União Democrática Nacional(UDN).

Na tentativa de compreender a construção do discurso sobre a pobreza, a qual, segundo os governantes piauienses, atingia a sociedade piauiense também na capital do estado, vamos encontrar manifestações na imprensa local que denunciam a situação de precariedade nas quais se encontra a cidade que se prepara para a festa do Centenário. Na edição do dia 20 de janeiro daquele 1952, o *Jornal do Comércio*, em artigo intitulado “*Pobre Teresina*”, aborda as condições estruturais da cidade. Na opinião do articulista, a cidade carece de calçamento, limpeza pública, água tratada e energia elétrica, fazendo repercutir o discurso oficial que denuncia a falta de recursos financeiros para tocar as obras avaliadas como necessárias para o Centenário. Observa-se ainda a preocupação com o olhar do outro, especialmente do visitante:

Cidade esburacada; cheia de lama no inverno e também na seca; poeira, lixo e até carniça e mictórios nas ruas urbanas; os meio -fios, quer onde já passa o calçamento e onde o mesmo não passa, muito descuidados e cheios de mato e lama podre; mercados imundos, e nos bares e botequins... nem é bom falar.

(...)

E a vergonha será somente para nós apresentarmos Teresina, no seu primeiro Centenário, nas condições em que se acha.

(...)

Se um turista que nos chegue pelo Centenário visitar o Cemitério, os Mercados, o Matadouro e a Praça Deodoro, é certo que dirá ter pisado a terra mais imunda e abandonada do mundo. Sairá cuspiendo de nojo” (JORNAL do Comércio, 1952. p.2).

A imagem desenhada pelo articulista transmite ao leitor uma péssima impressão da cidade real, concreta e visual, deixando transparecer que Teresina é pessimamente administrada, já que as ruas são esburacadas e cheias de lama, tanto no inverno quanto no verão; os logradouros públicos, como mercados e praças, estão praticamente abandonados; bares e botequins demonstram que não existe o serviço de defesa sanitária no município, ou que este serviço não cuida da saúde pública, porque, se cuidasse, aqueles estabelecimentos teriam sido fechados por absoluta falta de higiene.

Ainda em seu discurso, o governador Chagas Rodrigues denunciava a ausência de um aeroporto “[...] com pista pavimentada [...] ainda não está ligada por estrada pavimentada à principal cidade, situada na faixa litorânea que é Parnaíba” (PIAUI, 1960, p. 8). Nessa passagem, o governador cita as duas principais cidades piauienses (Parnaíba e Teresina),

sendo que a primeira delas era o principal centro econômico do Piauí, mas já perdendo essa posição para Teresina, em virtude da crise que se abatia sobre o extrativismo vegetal explorado no Piauí. A segunda, por ser a capital, concentrava as atividades políticas e os olhares de todos, uma vez que era a porta de entrada daqueles que visitavam o estado.

Ainda na mensagem de 1960, o governador reclamava do tratamento dispensado ao Piauí pelo governo federal, dizendo que o estado era o “[...] único Estado do Nordeste semi - árido em todo o Polígono das Secas que não recebe nem receberá energia da CHESF e que as verbas do Fundo Federal de Eletrificação se amplia tão somente nos grandes Estados do Sul” (PIAUI, 1960, p.8). Pode-se perceber nessa passagem o discurso que tem como foco central as disparidades regionais. Nesse sentido, não se pode esquecer da criação da SUDENE, que data de 15 de dezembro de 1959, cujo objetivo era promover e coordenar o desenvolvimento da região Nordeste, visando diminuir as distâncias econômicas e sociais que a separavam das regiões Sul e Sudeste.

Outro governador do Estado, Helvídio Nunes de Barros (1967-1971), afirma em mensagem dirigida ao poder Executivo que a cidade era pequena, pessimamente iluminada, com um deficiente e precário serviço de abastecimento de d’água, não dispondo de asfalto, esgoto sanitário ou sistema de comunicação. Teresina era, assim, o retrato da pobreza e do atraso do Piauí. Naquela ocasião o governador denunciou na imprensa escrita local até a falta de produtos de primeira necessidade, como a carne e o café. Esse discurso confirma o discurso de Chagas Rodrigues em relação à falta de instrumentos básicos (água, luz telefone, transporte coletivo, calçamento, especialmente nas áreas mais afastadas do centro da cidade.

Por outro lado, o país vivia a euforia da construção de Brasília, traduzida como início de uma era modernizante no Brasil. Juscelino Kubitschek (1956-1960), o presidente de sonhos fáusticos, parecia ter contagiado alguns segmentos da sociedade brasileira com o slogan de governo de fazer o Brasil crescer “cinquenta anos em cinco”. Essa euforia com o progresso chega ao Piauí, e Teresina é então vista como porta de entrada para esses novos tempos, daí que, em meados da década de 1950, por iniciativa do governo do Estado, iniciou-se a uma tentativa de modernização da máquina administrativa com a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado, que tinha por objetivo pensar o desenvolvimento econômico do Piauí a médio e longo prazos. No final da mesma década, foram criadas algumas empresas de economia mista, merecendo destaque: Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), Agroindústria do Piauí S/A (AGRIPISA), Telecomunicações do Piauí S/A (TELEPISA), Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA). É dessa mesma época a transformação do Banco Agrícola do Piauí em Banco do Estado do Piauí S/A.

Outras ações são empreendidas no sentido de colocar o Piauí no caminho do desenvolvimento, segundo a visão dos atores sociais que atuavam em Teresina. É desse mesmo período a criação da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI), em 1954, sendo que, em meados do ano seguinte, foi instituída a Associação Industrial do Piauí (AIP); em 1965 é instalada uma empresa chamada de Fomento Industrial do Piauí (FOMINPI), a qual, algum tempo depois, passaria a se chamar Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí (CODIPI). A sociedade vê-se, assim, imbuída da necessidade de construir ferramentas que pudessem ajudar na construção de um novo Piauí, modificando-se a infraestrutura básica do estado na área da energia elétrica, abastecimento de água e transportes.

Na linha de construção de infra-estrutura em curso ou desejada pelos administradores estaduais e municipais, não se pode esquecer o campo de pouso de Teresina, o qual se buscava deixar em condições de receber aviões grandes, o que seria mais uma forma de aproximar a capital do Piauí do resto do mundo. Sob o título de *Aeroporto de Teresina* (ESTADO do Piauí, 1961, p.03), um cronista destaca que

prosseguem com ritmo intenso os trabalhos do nosso aeroporto que, segundo palavra oficial, em outubro deste ano, estará pronto e entregue ao tráfego dos mais pesados aviões.

Já está sendo espalhado o asfalto, bem assim adiantadas as bases da grande pista, superior a mil metros de extensão.

A Comarca trabalha com segurança e eficiência para dotar-nos de um grande campo de pouso à altura da capital piauiense, no setor aéreo de cargas e passageiros.

O presidente Jânio Quadros dissera aos piauienses que lhes daria em breve tempo um aeroporto, à capital de seu Estado, e agora se confirma a firmeza da palavra presidencial.

Na década de 1950, a cidade se expandiu para o norte e para o sul e atravessou o rio Poti, com a construção do primeiro vão da ponte de concreto armado entre a principal avenida da cidade, a Frei Serafim, e a BR-343, rodovia que liga Teresina a Parnaíba. Antes disso, aquela área era ocupada principalmente por chácaras, utilizadas por seus proprietários nos finais de semana. Iracilde Moura Fé (2002, p.181) comenta essa expansão:

[...] na década de 1960, foi construída uma pista para corrida de cavalos, embrião do Jockey Club do Piauí, bem como foram abertos os primeiros loteamentos residenciais do bairro [...] As corridas de cavalos se transformaram em atividades de lazer de determinado segmento social da cidade, esta é uma das razões para que a região passe a ser interpretada como área de moradia dos ricos, a ser símbolo de status social e econômico, ficando toda a região conhecida por zona do Jockey Clube.

As mudanças nos modos de vida, as novas exigências de conforto, as inovações de consumo e lazer engendraram uma expansão do território da cidade em detrimento do centro

antigo, que perde habitantes. Com efeito, no início da década de 1970, foi instalada a Universidade Federal do Piauí, após o Jóquei Clube, em direção ao nordeste da cidade, hoje bairro Ininga. Data também desse período a promulgação do Plano Diretor da Prefeitura Municipal, estabelecendo, por exemplo, uma área mínima para os lotes dos bairros da zona Leste superior à dos bairros mais antigos da cidade. Esse instrumento estabelece também que o recuo para a construção de edificações seria maior, atraindo a população das camadas médio-alta da sociedade teresinense. É o estado intervindo no novo modo de morar, um morar à “burguesa”.

Pode-se perceber também a presença do Estado “como indutor da dinâmica urbana” nas esferas federal, estadual e municipal. No âmbito federal, vale destacar a criação do BNH, em 1964, priorizando, naquele contexto, a habitação como a mais importante política pública, o que levou à construção de inúmeros conjuntos habitacionais, com a expansão da malha urbana.

[...] em Teresina, entre os anos de 1966 e 1969, foram construídos cinco conjuntos habitacionais, com destaque para conjunto habitacional do Parque Piauí, com o total de 2.294 unidades, na zona Sul, que concentrava a maioria dos conjuntos, com exceção do conjunto Primavera I, localizada na zona Norte.

É neste quadro que as favelas começam a ganhar destaque em Teresina, sendo que a primeira delas a se constituir, requerendo uma atenção especial do poder público, foi a Favela COHEBE. “[...] Os seus primeiros habitantes começaram a se alojar naquela área em 1974. [...] Concomitantemente ao crescimento da favela COHEBE, outras foram se constituindo e tornando-se figuras presentes na cena urbana” (LIMA, 1990, p. 25).

Milton Santos nos informa que, entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conheceu um aumento espetacular de cerca de cinquenta milhões de novos habitantes, isto é, “[...] um número quase igual à população total do país em 1950. Somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável ao que era a população total urbana em 1960 (SANTOS, 2008, p. 75). A população de Teresina na década de 1960 era de 142.691 habitantes, praticamente o dobro da população de 1940.

Na década de 1970, Teresina encontra-se entre as capitais brasileiras com elevadas taxas de crescimento populacional, em um cenário urbano recheado de problemas, contradições e desigualdades de ordem econômica e social. Pode-se listar entre os as questões mais graves a falta de moradia ou a moradia em condições inadequadas, com casas

construídas às margens da estrada de ferro que cortava a cidade, às margens dos rios Poti e Parnaíba, no leito de ruas.

No início da década 1970, o governador Alberto Silva (1971-1974) e o prefeito Joel Ribeiro; o governador Dirceu Arcoverde (1975-1979) e o prefeito Wall Ferraz orientaram suas ações no sentido de estruturar a cidade para que se tornasse moderna e desenvolvida. Joel Ribeiro para implantar o sistema viário, adotou uma postura segregacionista, promovendo o deslocamento de várias famílias para a zona norte, em áreas que não apresentavam condições básicas para serem habitadas: faltava água tratada, energia elétrica, calçamento, hospitais, transporte coletivo. O deslocamento para o centro da cidade era realizado a pé ou de bicicleta, e os gêneros alimentícios adquiridos no mercado central eram transportados no lombo de animais, no ombro ou na cabeça dos moradores da periferia cidade. A roupa era lavada nas águas dos rios Poti e Parnaíba. Desse modo, os habitantes moravam em Teresina, mas desenvolviam práticas próprias do campo.

As ações empregadas para deslocar moradores atingidos pela abertura de ruas e avenidas era a destruição de casebres ocupados por prostitutas, lavadeiras, desempregados, provocando ressentimentos em alguns deles. O Sr. Francisco de Assis Soares Gondinho (2006), um dos moradores de uma região que foi atingida pela construção da avenida Miguel Rosa se expressa da seguinte forma:

[...] nossa casa, ela ficava na margem do Aterro, no que hoje é a Miguel Rosa na altura da rua Porto, e em mil e novecentos e setenta e seis, setenta e cinco, setenta e seis, a prefeitura teve que, que fazer a desocupação das casas quando começou a abertura da avenida Miguel Rosa. Como a nossa casa ficava numa vereda ali da Miguel Rosa pra rua Porto até sair na Barão de Gurguéia. Aí a prefeitura sentiu a necessidade de fazer o alargamento da rua Porto e aí teve que fazer a desocupação das casas para fazer o alargamento. E as pessoas que ali moravam tiveram que sair, receberam terrenos lá no Buenos Aires, na troca de seus terrenos que ficaram ali, tiveram que sair para a ocupação da rua, e essas pessoas mudaram para lá e nós fomos uma dessas pessoas [...]

Soares Gondinho, ao lembrar de um momento doloroso de sua vida, a perda da casa, manifesta ainda o seu inconformismo com o modo como teve que deixá-la. Gaston Bachelard (1996, p.26) defende que a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz. Só os pensamentos e as experiências sancionam os valores humanos. A casa dos pais de Gondinho ficava “numa vereda”, termo que nomina um caminho estreito por onde homens e animais circulam na zona rural. Em algum momento, a família de Gondinho teve de deixar a terra natal no sertão cearense para vir morar na capital do Piauí, tendo construído uma casa em terreno público, sem considerar que o Estado pudesse desalojá-la

dali. Na sua forma simplista de ver as coisas, o habitante disse “[...] que a prefeitura sentiu a necessidade de fazer o alargamento da rua Porto e aí teve que fazer a desocupação das casas para fazer o alargamento”(GONDINHO, 1996). Em nenhum momento informa que os representantes do poder público discutiram as necessidades dos moradores. Pode estar aí omitido algum tipo de negociação, uma vez que não queriam sair do local onde morava. Enfatiza apenas que as pessoas tiveram que sair para a ocupação da rua.

Outra pessoa que teve a casa demolida para a abertura da Avenida Miguel Rosa, a senhora Maria do Livramento Rodrigues Rios, também recebeu um pedaço de terra no loteamento Buenos Aires. Ela lembra dos momentos que antecederam à mudança

[...] Aí que tiraram a casinha que nós morava, para fazer a avenida. Aí de lá nos deram esse terreno aqui. Aí quando construíram a Miguel Rosa, foi obrigado nós vim pra cá. A gente recebeu e deu graças a Deus. Muitos aceitaram e muitos não aceitaram. Quem queria vim é porque não tinha morada, viu? Morava de aluguel.

As lembranças de dona Maria do Livramento não deixam dúvidas sobre o processo de limpeza da área central de Teresina, que obrigou os habitantes da região a irem morar no loteamento Buenos Aires. Essas pessoas não tiveram a oportunidade de discutir sobre outro local para morar, tendo o poder público municipal definido previamente o loteamento Buenos Aires como o espaço adequado para eles. Reações existiram, mas a maioria absoluta desses moradores não tinha condições financeiras para adquirir um lote de terra mais próximo do centro. Uma frase de Dona Maria do Livramento é emblemática em relação à situação econômico- financeira da maioria daqueles que foram deslocados para o Buenos Aires: “A gente recebeu e deu graças a Deus.

Agenor Vieira de Abreu nasceu na zona rural de Teresina, mais precisamente na localidade denominada de Altamira, em 1954, e mudou-se para Teresina em 1868. A razão para o deslocamento relaciona-se com o desejo dos pais de ver os filhos estudando. Aliás, essa é uma alegação de muitos piauienses que deixaram o local onde nasceram para morar na capital.

[...] ai o papai comprou essa casa lá, a gente ficou morando lá os três. Eu vim primeiro, vim morar na casa de um cidadão que morava lá, ele veio morar aqui e eu vim com ele, eu vim morar na casa dele, para estudar, e meu pai, já sabendo que eu estava aqui, ai ele comprou essa casa no bairro São Pedro, e ai ele mandou os outros dois, e esse meu irmão mais novo de dezesseis anos queria ser o chefe da casa, ai eu não gostei de morar na casa, ai foi a época que veio a avenida, ai a prefeitura colocou a gente lá pra Água Mineral.

Esta comunicação iniciou-se e está sendo fechada com notícias sobre a chegada de pessoas a Teresina, provenientes não só do interior do Piauí, mas também do Maranhão, do Ceará e até do Pará, estado mais longe das divisas do Piauí. Chegavam em condições diferentes, mas aqueles que foram expulsos do campo, no geral, vão conviver com as condições precárias de habitações construídas em terra que não lhes pertence, correndo o risco de serem despejadas ou transferidas para áreas localizadas nas franjas da cidade. Ao ouvir as histórias dessas pessoas, percebemos que os ressentimentos vêm à tona “[...] aí a prefeitura colocou a gente lá pra Água Mineral.” “[...] Aí que tiraram a casinha que nós morava, para fazer a avenida.” [...]. Aí a prefeitura sentiu a necessidade de fazer o alargamento da rua Porto e aí teve que fazer a desocupação das casas para fazer o alargamento. E as pessoas que ali moravam tiveram que sair, receberam terrenos lá no Buenos Aires.” Trata-se de homens e mulheres esquecidos, de vozes silenciadas.

REFERÊNCIAS E FONTES

- ABREU, Agenor Vieira de. *Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento e Regyanne Monte*. Teresina, mar. 2009.
- AEROPORTO de Teresina. Estado do Piauí. Teresina, 25 de junho de 1961.
- GONDINHO, Francisco de Assis Soares. *Entrevista concedida a Regyanne Monte*. Teresina, 2006.
- JORNAL Estado do Piauí. Teresina, 1961.
- JORNAL do Comércio. Teresina, 1952.
- LIMA, Antonia Jesuíta de. *Favela COHEBE: uma história da luta por habitação popular*. Teresina: EdUFPI, 1990.
- LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Teresina urbanização e meio ambiente. *Scientia et spes*. Revista do Instituto Camilo Filho, Teresina, v.1, n.2, p. 181-206, jun. 2002.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.27, n.º. 53, jan./jun. 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, n.53, p.11-23 jun. 2007
- PIAUI. Governador (1960-1993: Rodrigues). *Mensagem do governador Francisco das Chagas Rodrigues*. Teresina: Imprensa Oficial, 1960.
- RIOS, Maria do Livramento Rodrigues. *Entrevista concedida a Regyanne Monte*. Teresina, 2006.
- TERESINA. Prefeito (1936-1945: Monteiro). *Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro*. Teresina: Tipografia Popular, 1940.